

Parecer n.º 346/2012

Data: 2012.11.20

Processo n.º 373/2012

Queixoso: A

Entidade requerida: Comandante do Comando Territorial de Braga da Guarda Nacional Republicana

I - Factos e pedido

1. A, na sequência de um pedido (ao Ministro da Administração Interna) de *“inquérito para reconhecimento de direito e interesse legalmente protegido por danos decorrentes dos riscos próprios da atividade policial causa direta da atribuição de invalidez permanente”*, solicitou ao Comandante do Comando Territorial de Braga da Guarda Nacional Republicana (GNR), através de requerimento em anexo a uma mensagem de correio eletrónico, informação incidente sobre a indicação do serviço onde aquele procedimento se encontra, os atos e diligências praticados e as decisões adotadas.
 2. Perante a ausência de resposta, o requerente apresentou queixa à CADA.
 3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida (através da Secção de Justiça) declarou que tinha já respondido ao requerente, no sentido de a sua pretensão estar satisfeita.
 4. Na sequência desta informação, o requerente alega que a resposta da entidade requerida não se reporta à pretensão relativamente à qual apresentou queixa, mas a uma outra, e que pretende ser esclarecido *“dos documentos autuados pela GNR de Braga e a que foram atribuídos os registos 20396337, de 11/06/2012 e 21366251, de 30/07/2012, respetivamente, e que, até à presente data, não obtiveram a merecida resposta”*.
 5. Convidada, novamente, a pronunciar-se sobre o alegado pelo requerente, e alertada para a pretensão efetivamente por este apresentada, a entidade requerida (por intermédio da Secção de Justiça) referiu que o requerimento para abertura de inquérito apresentado por aquele foi remetido ao Comando da Administração de Recursos Internos da GNR.
- Informa ainda que não respondeu de imediato à pretensão do requerente em virtude de o requerimento em que aquele solicita informações sobre o procedimento não ter sido remetido em anexo à mensagem de correio eletrónico, presumindo assim que o

pedido de informações se referia ao procedimento que tinha tido lugar naquela Secção.

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos (n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º.

Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.

2. A entidade consulente encontra-se sujeita à LADA, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º.
3. O acesso livre e generalizado aos documentos administrativos constitui um princípio geral da LADA (artigo 5.º): *“todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo”*.

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome: artigo 3.º, n.º 1, alínea a). Como refere o Acórdão de 31 de agosto de 2011 do Supremo Tribunal Administrativo (Processo n.º 0758/11), *“para que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”*.

Assim, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação ou fundamentação.

No entanto, a LADA identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5 do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham *“segredos de empresa”* (n.º 6 do artigo 6.º);

c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

4. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, *“acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada”* [alínea b), n.º 1, artigo 3.º].

É nominativo o documento administrativo que revele, por exemplo, informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse direto, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 do artigo 6.º).

Os documentos nominativos *“são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada”* (n.º 6 do artigo 7.º).

5. O requerente deu início a um procedimento, através de requerimento. O procedimento encontra-se previsto no artigo 5.º do decreto-lei n.º 113/2005. Consubstancia-se num *“inquérito a instaurar por determinação do membro do governo com a tutela da força ou serviço de segurança, oficiosamente ou a requerimento dos interessados”*.

O n.º 2 do artigo 5.º do decreto-lei n.º 113/2005, de 13 de Julho estatui que o instrutor do inquérito *“produz as suas conclusões no prazo máximo de 30 dias”*. O n.º 4 refere que *“o relatório de inquérito é homologado pelo dirigente máximo da respetiva força ou serviço, que o deverá remeter ao ministro da tutela”*.

¹ Cfr. sobre o tema, por exemplo, J. J. Gomes Canotilho / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda / Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra, 2005, p. 430; J. Renato Gonçalves, *Acesso à Informação das Entidades Públicas*, Coimbra, 2002, pp. 51 e ss.

O n.º 5 preceitua que a competência para a concessão da compensação “*é exercida por despacho conjunto dos ministros com a tutela da área das finanças e da respetiva força ou serviço*”.

6. O requerente alega não ter ainda recebido qualquer informação sobre a sua pretensão; não sabemos, assim, se o respetivo procedimento se encontra terminado. Também não o sabe a entidade requerida, uma vez que reencaminhou o requerimento inicial de acordo com a cadeia hierárquica existente para a matéria em causa.
7. De tudo o que foi possível esclarecer, é possível verificar que a ausência de resposta, por parte da entidade requerida, se verificou por uma errada interpretação da pretensão do requerente. Na verdade, a informação de que dispõe a requerida é a que transmitiu à CADA - a de que o requerimento inicial tinha sido reencaminhado dentro da cadeia hierárquica da GNR.

E é essa a informação que deveria ter transmitido ao requerente, concomitantemente ao envio do seu requerimento para a entidade que detinha a informação mais completa, dentro da hierarquia da GNR [alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º] - isto uma vez que a requerida desconhecerá se o procedimento já terá evoluído para um patamar superior (n.º 5 do artigo 5.º do decreto-lei n.º 113/2005, de 13 de Julho).

III - Conclusão

Face ao exposto, deverá a entidade requerida informar o requerente de que o seu pedido foi remetido ao Comando da Administração de Recursos Internos da GNR, a quem deverá enviar o presente pedido de acesso dando conhecimento deste envio ao requerente.

Comunique-se.

Lisboa, 20 de novembro de 2012

Artur Trindade (Relator) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)